

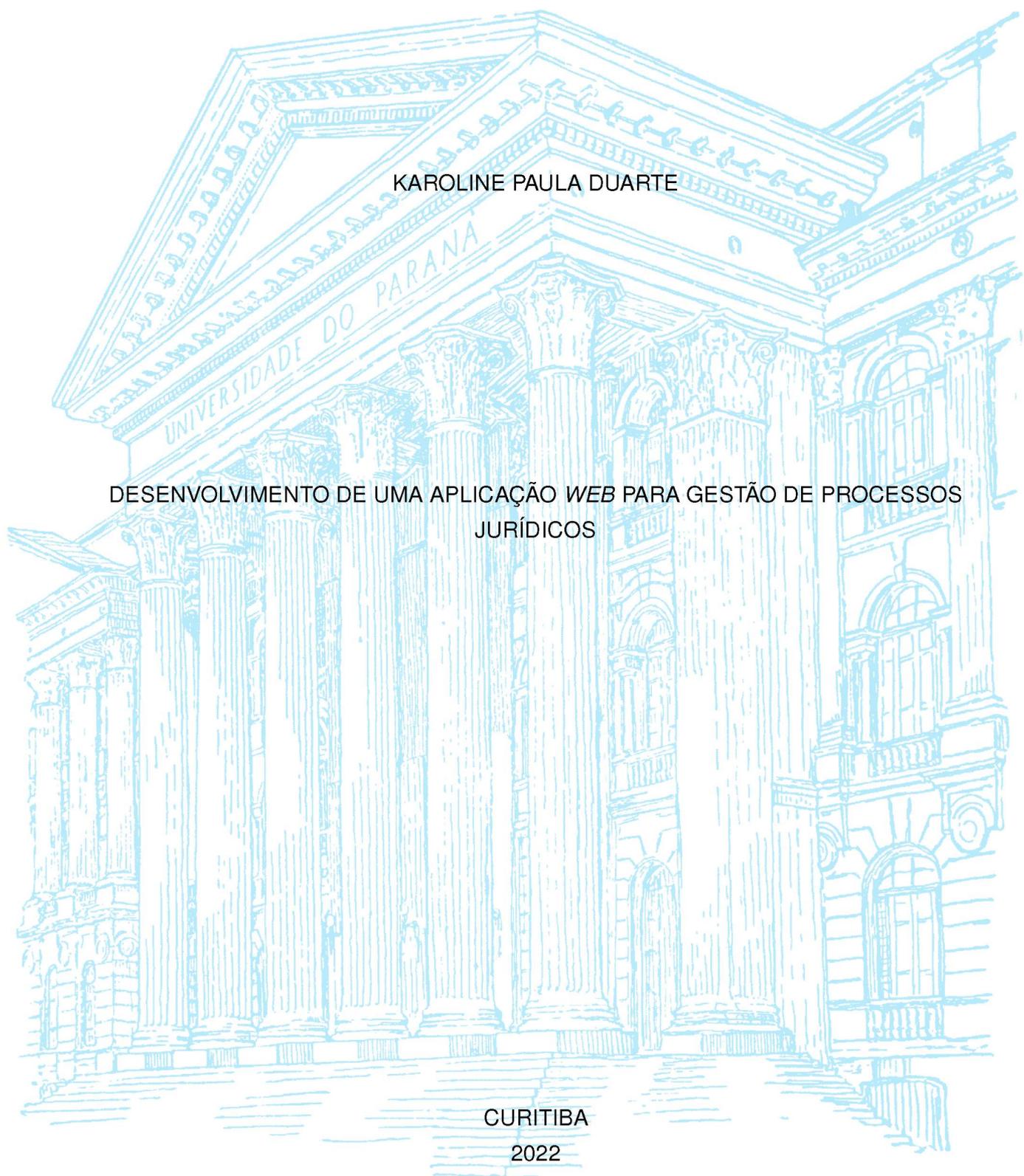
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO

KAROLINE PAULA DUARTE

DESENVOLVIMENTO DE UMA APLICAÇÃO *WEB* PARA GESTÃO DE PROCESSOS
JURÍDICOS

CURITIBA

2022



KAROLINE PAULA DUARTE

DESENVOLVIMENTO DE UMA APLICAÇÃO *WEB* PARA GESTÃO DE PROCESSOS
JURÍDICOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Gestão da Informação, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. José Marcelo Almeida Prado Cestari.

CURITIBA

2022

Dedico a minha amada avó, que sonhou comigo e me apoiou em todos os momentos difíceis nessa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Ana, por me acompanhar nos momentos mais difíceis que eu jamais poderia imaginar que passaria, por ter me apoiado durante toda a trajetória da minha formação e do desenvolvimento deste trabalho, e por não ter me deixado desistir em nenhum momento.

Agradeço a Karine, minha irmã, que me apoiou, cozinhou e me auxiliou com paciência e carinho.

Agradeço ao professor Cestari, por ter sido compreensivo, paciente e não ter desistido de mim.

Agradeço a todos meus amigos, que me apoiaram, me ouviram, me abraçaram e não me deixaram desistir, nem nos meus piores dias.

That you can get what you want or you can just
get old.
Billy Joel

RESUMO

O presente trabalho visa o desenvolvimento de um projeto de aplicação web para gestão de processos jurídicos, utilizando para o desenvolvimento plataformas e ferramentas low-code, ou seja, com baixa necessidade de codificação. Apresenta conceitos para a compreensão das ferramentas apresentadas pelo projeto, bem como, para entendimento.

Aborda aspectos onde a gestão de documentos impacta na vida e sociedade, destacando a importância de habilidades na sociedade da informação, apresentando ainda como o alto fluxo informacional e sem devido suporte para gestão impacta na vida de juristas e clientes.

Palavras-chave: Dados. Gestão da Informação. Gestão de documentos. Low-Code.

ABSTRACT

The present work aims at the development of a web application project for the management of legal proceedings, using for the development of low-code platforms and tools, that is, with low need for coding. Concepts for the understanding of the tools by the project It presents, as well, understanding.

Aspects where document management impacts life and society, addressing the importance of skill in the information society, also presenting how the high informational and without prominence due to support for management impacts the lives of jurists and clients.

Keywords: Data. Information management. Document management. Low Code.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – CICLO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO	15
Figura 2 – Página de <i>Sing Up</i>	30
Figura 3 – PESQUISA DE ESPECIALIDADES	31
Figura 4 – TELA PARA <i>INPUT</i> DE TEXTOS	32
Figura 5 – TELA PARA <i>INPUT</i> DE DADOS PESSOAIS	33
Figura 6 – CADASTRO DE NOVO DOCUMENTO	34
Figura 7 – EXTRATO FINANCEIRO PARA ADVOGADOS	35
Figura 8 – EXTRATO FINANCEIRO PARA CLIENTES	36
Figura 9 – PÁGINA DE BATE-PAPO E COMENTÁRIOS	37
Figura 10 – PÁGINA DE NOVA TAREFA	38
Figura 11 – PERFIL DO ADVOGADO	39
Figura 12 – LISTA DE CASOS	40
Figura 13 – CALENDÁRIO DE EVENTOS	41
Figura 14 – emphPOP-UP CONFIRMAR EVENTO	42
Figura 15 – DETALHES CASOS	43
Figura 16 – FLUXO DO MVP DA PLATAFORMA	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – TABELA DE TEMPORALIDADE	18
Tabela 2 – CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	24
Tabela 3 – REQUISITOS FUNCIONAIS	28
Tabela 4 – REQUISITOS NÃO-FUNCIONAIS	29
Tabela 5 – CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PROPOSTO	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

API	APPLICATION PROGRAMMING INTERFACE
CI	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CONARQ	CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
GI	GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GUI	Graphical User Interface
LCP	LOW CODE PLATAFORM
LCP	LOW CODE
LER	Lesão do Esforço Repetitivo
MVP	MINIMUM VIABLE PRODUCT
OAB	ORDEM DE ADVOGADOS DO BRASIL
TI	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
TICs	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Contexto e Problema	11
1.2	Objetivos	11
1.2.1	Objetivo Geral	12
1.2.2	Objetivos Específicos	12
1.3	JUSTIFICATIVA	12
1.3.1	Sociais e econômicos	12
1.3.2	Acadêmico e pessoal	13
2	REFERÊNCIAL TEÓRICO	14
2.1	GESTÃO DA INFORMAÇÃO	14
2.2	GESTÃO DE DOCUMENTOS	15
2.3	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs)	16
2.4	INFORMAÇÃO JURÍDICA E DOCUMENTOS JURÍDICOS	17
2.5	PRECARIZAÇÃO DA ADVOCACIA	19
2.6	AS DIFICULDADES DO ACESSO À JUSTIÇA	20
2.7	PLATAFORMAS LOW-CODE	21
3	METODOLOGIA	24
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	24
3.2	CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO	24
3.3	MATERIAIS E MÉTODOS	25
3.4	REQUISITOS DO SISTEMA	26
3.4.1	Requisitos Funcionais	27
3.4.2	Requisitos Não-Funcionais	28
3.5	PROTÓTIPOS	29
4	RESULTADOS	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
5.1	ALCANCE DOS OBJETIVOS	46
	REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

A Tecnologia da Informação (TI) e seus recursos vem sendo requisitos fundamentais nas atividades diárias, para adquirir-se conhecimentos, para a comunicação na sociedade e desenvolvimento. Nos ambientes empresariais, comerciais e estudantis tornaram-se ferramentas essenciais para o controle do alto fluxo de informações, acesso rápido e fácil ao conhecimento e uma melhor qualidade de vida para os usuários.

1.1 Contexto e Problema

Muitas atividades exigiam que as pessoas fossem presencialmente a determinado local e aguardassem atendimento, realizassem reuniões extensas, o que demandava grande quantidade de tempo. A Tecnologia da Informação muda esse cenário, onde diversas atividades migraram para o mundo digital, devido a comodidade e agilidade que essas soluções entregam para a população, conforme KOHN e MORAES (2007).

As Aplicações web disponibilizam ferramentas que permitem ao usuário executar tarefas em um curto espaço de tempo, contanto que tenha um dispositivo com acesso à internet, sendo possível se conectar ao sistema e realizar algum trabalho, independente de onde o usuário esteja, indica SANTOS (2018a).

Contudo, as organizações viram a necessidade de se modernizar e cada vez mais utilizam essas tecnologias a seu favor, entretanto essas tecnologias não eram acessíveis ou exigiam conhecimento aprofundado de linguagens de programação complexas, assim surgiu uma nova necessidade no mercado, popularizando o uso de plataformas *low-code*, que fornecem um ambiente de desenvolvimento usado para criação de software de aplicativos por meio de uma interface gráfica de usuário e com baixa codificação.

Assim, olhando para esse cenário, foi proposta uma aplicação web para auxiliar uma *startup early stage* na gestão de processos jurídicos, ao perceber a dificuldade no fluxo, controle e gestão de diversas informações dos processos jurídicos, dificultando o desenvolvimento do trabalho tanto pelos advogados membros da comunidade, como pelos colaboradores e clientes.

Dessa forma, o presente trabalho consiste no desenvolvimento de uma aplicação web que viabiliza a comunicação e gestão documental de processos jurídicos, integrando assim as equipes de colaboradores e advogados, bem como com os clientes.

1.2 Objetivos

Os objetivos desse projeto estão divididos em objetivos gerais e específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Apresenta-se como objetivo geral o desenvolvimento do projeto de uma aplicação web, para gestão documental e comunicação entre equipes internas e externas, durante os ritos processuais jurídicos.

1.2.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos, esse trabalho acadêmico busca compreender os seguintes pontos:

- Identificar e especificar os problemas de gestão documental durante processos jurídicos, sejam eles judiciais ou não judiciais;
- Elaborar a análise de requisitos da aplicação;
- Projetar a estrutura da aplicação com seus módulos e funcionalidades;

1.3 JUSTIFICATIVA

Com o objetivo de estabelecer os principais motivos pelos quais a pesquisa apresentada é relevante, foram divididos em dois pilares: sociais e econômicos, e acadêmico e pessoal, apresentados a seguir.

1.3.1 Sociais e econômicos

O acesso ao direito é extremamente elitizado no Brasil, segundo MENDES (2011) dentre os inúmeros fatores que restringem o acesso à justiça no Brasil podemos citar: a morosidade da decisão judicial, o alto custo da prestação jurisdicional, infindáveis números de processos, a falta de estrutura, a escassez de funcionários, de defensores públicos, de promotores, de juízes, etc. Corroborados pela desinformação e desconhecimento dos próprios direitos por parte dos cidadãos. Além disso, a comunicação entre os advogados e clientes acaba tendo silos informacionais, devido a linguagem técnica que por sua vez, atrapalha o acesso ao direito dessas classes.

Economicamente, os advogados sofrem com uma carga de trabalho excessiva, por vezes as atividades das quais os advogados devem cumprir são extremamente gerenciais. Essa carga extra de trabalho pode ser realizada através de uma plataforma, assim viabilizando para o advogado se especializar e atuar dentro de uma das áreas em que busca ser referência, bem como, ter uma qualidade de vida melhor.

1.3.2 Acadêmico e pessoal

Para o pilar acadêmico, esse trabalho contribui dentro do contexto do curso de Gestão da Informação nos fundamentos da graduação, aplicando os conhecimentos dentro do pilar de Tecnologia da Informação (TI) e Ciência da Informação (CI) desenvolvidos no decorrer da graduação. De cunho pessoal, esse trabalho impacta de forma positiva diretamente na vida de diversos brasileiros atendidos pela startup que será apresentada no decorrer desse trabalho, que tem como propósito “Tornar as pessoas protagonistas dos seus direitos”, sendo a principal motivação para o desenvolvimento do projeto aqui apresentado.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta a revisão da literatura que fundamenta a pesquisa e a proposta deste estudo, de acordo com a problemática investigada e os objetivos traçados, utilizando as bases referenciais Brapci, SciELO e Portal de Periódicos CAPES, sendo abordados temas como: Gestão da informação, gestão de documentos, tecnologias da informação e comunicação, informação jurídica e documentos jurídicos, precarização da advocacia, dificuldades do acesso à justiça, plataformas low-code e requisitos do sistema.

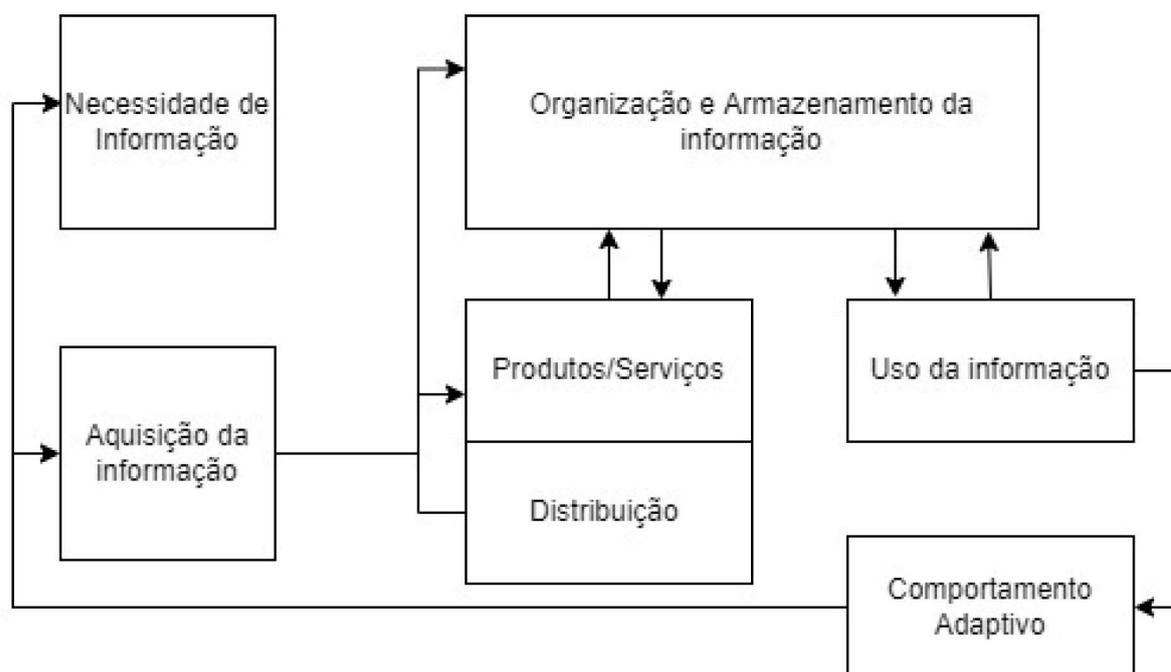
2.1 GESTÃO DA INFORMAÇÃO

DAVENPORT (1998) traz o conceito da GI como sendo um conjunto de atividades com a finalidade de compreender a coleta, distribuição e utilização da informação e conhecimento. Assim, as organizações fazem a coleta de dados pessoais de terceiros com o objetivo de dar suporte ao negócio.

De acordo com MOSIMANN e FISCH (1999) o modelo de informação é aquele que se atenta com a aquisição de dados, seu processamento e o modo como a informação foi gerada, se chegará aos usuários em tempo hábil e com aspecto entendível, assegurando a qualidade do processo decisório, ao mesmo tempo em que MORESI (Abril/2000), afirma que a informação deixou de ser “apenas um recurso, mas o recurso”, o recurso-chave em uma realidade competitiva como a vivida nos dias de hoje. A informação se estabelece como um grande diferencial de mercado e é fonte de lucratividade na sociedade atual.

CHOO (1998) indica que o ciclo da gestão da informação, é a criação e uso das informações que suportam o crescimento e desenvolvimento da organização inteligente, sendo o objetivo da GI aproveitar estes recursos para garantir sua adaptabilidade ao ambiente em constante mutação. Para tal, o autor traz o ciclo da GI conforme a FIGURA 1.

Figura 1 – CICLO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO



Adaptado de Choo (1998)

Concorda ainda com a seguinte definição, a Gestão da Informação como sendo considerada a “obtenção da informação adequada, na forma correta, para a pessoa indicada, a um custo adequado, no tempo oportuno, em lugar apropriado para tomar a decisão correta” DANTE (1998), sendo assim fundamental esse conhecimento para a era da informação, uma vez que são gerados dados o tempo todo no mundo globalizado e conectado. No contexto deste projeto, a gestão da informação se mostra fundamental, visto que poucos profissionais que tratam e geram um grande volume documental, não tem conhecimentos para cumprir com os critérios indicados por CHOO (1998) e DANTE (1998), onde a informação deve estar disponível para a pessoa indicada, por um custo justo, no tempo adequado e formato correto para o atingimento dos objetivos buscados.

2.2 GESTÃO DE DOCUMENTOS

Na perspectiva da arquivologia, gestão de documentos é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento, também chamado administração de documentos ARQUIVO NACIONAL (Brasil) (2008).

A história da evolução dos arquivos, segundo Bautier MUNDET (1994) e TALLAFIGO (1994) é dividida em quatro períodos, a saber: a época dos arquivos de palácio, que corresponde em termos gerais à Antiguidade; à época dos cartórios, abarcando os séculos XII a XVI; a época dos arquivos como arsenal de autoridade, que se estende por todo o Antigo Regime, desde o século XVI ao século XIX; e a época dos arquivos como laboratório

da história, desde o início do século XIX até meados do século XX.

Com a alta produção de documentos e informações com o passar dos séculos, o desenvolvimento da área de ciência da informação avançam de forma rápida e com transformações decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, até as mudanças ocorridas nas últimas décadas, levando assim o tratamento e gestão desses documentos, como pauta para o desenvolvimento de uma política, em diversos países, com o objetivo de elaborar políticas de inserção em um mundo globalizado com conexões e tecnologias intensas.

Durante processos jurídicos são gerados diversos documentos, além de exigir do profissional horas de dedicação a organização de cada rito processual, assim exigindo certo conhecimentos de gestão de documentos, evitando transtornos ou desencontro de informações. Além dessas atividades, existe ainda o trabalho jurídico que está diretamente relacionado à gestão de documentos, sendo necessário o desenvolvimento de habilidade de busca e pesquisa em documentos como doutrinas e jurisprudências, buscando respaldar o argumento desenvolvido pelo jurista, assim durante a elaboração de alguma peça jurídica, não basta apenas a análise pura da lei ou da doutrina do entendimento de outros tribunais, como também se mostra necessário apontar uma alternativa juridicamente possível como solução, esses itens usualmente são buscados através de diversas ferramentas distintas, sendo nessa atividade fundamental conhecimentos sobre gestão de documentos.

2.3 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs)

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) está diretamente relacionada à gestão de documentos, uma vez que novas tecnologias geram mais informações e documentos e, conseqüentemente, comunicações. Eles são a base da era da globalização, na qual a troca constante de informações é necessária para provocar mudanças, sejam elas, de governos, organizações multinacionais a privadas. As TICs podem ser entendidas como “um conjunto de recursos técnicos que proporcionam uma nova forma de comunicação” e se tornaram uma das principais ferramentas da era da informação. Ressalta-se que as TICs fazem parte da história social, mas como forma de nomear o recorte temporal em que surgiu esse paradigma tecnológico, focado na década de 1940, data mencionada por LÉVY (1996), tendo em conta, mas especificamente 1945 como o ano que surgiu os primeiros computadores, na Inglaterra e nos Estados Unidos com a características semelhantes a calculadoras programáveis, mas, no entanto, com a capacidade de armazenar programas. A Revolução tecnológica teve sua difusão com as novas tecnologias de informação na década de 60 e se expandiram de forma imprescindível “as novas tecnologias de informação difundiram-se no globo com a velocidade da luz em menos de duas décadas” CASTELLS (1999). Essas décadas citadas por Castells correspondem a meados dos anos de 1970 até 1990. Ao final de 1990, Berners-Lee criou *World Wide Web*, possibilitando que as

informações se tornassem universais, viabilizando a comunicação entre computadores e tendo extrema valorização do conhecimento e da informação, traz possibilidades de interação com os novos aparatos tecnológicos, que aos poucos se tornaram essenciais na vida social, destacando o computador como uma ferramenta que viabiliza aos indivíduos o acesso à informação, ao trabalho, à comunicação com outras pessoas e possibilitando a sociabilidade virtual.

Assim, com a internet fazendo parte da sociedade civil, cria-se o “dilúvio de informações” LÉVY (1996) disponíveis na tela do computador, a um clique, o que leva a diversas modificações em todas as dimensões da vida social, seja na esfera política, econômica, sociais, culturais e educacionais. Nesse processo de revolução tecnológica houve uma ressignificação de diversos aspectos sociais, bem como, costumes, hábitos, forma de se relacionar, e receber informações. Por fim, mostra-se que com a evolução da sociedade, também foi necessária a evolução das tecnologias de informação e comunicação, mas levanta as dificuldades de gerenciar esse grande volume gerado pela sociedade globalizada e conectada. Sendo assim, as TICs estão diretamente relacionadas com o mundo globalizado, visto que são utilizadas das mais diversas formas, na indústria em processos de automação, no comércio para o gerenciamento e publicidade, no setor de investimentos com informações simultâneas e comunicação imediata e na educação, durante o processo de aprendizagem, tendo esses aspectos em destaque na sociedade da informação.

2.4 INFORMAÇÃO JURÍDICA E DOCUMENTOS JURÍDICOS

Conforme Rodrigues (2006) a informação jurídica teria três fontes distintas (p.107):

Legislação, Doutrina e Jurisprudência. Legislação é o conjunto normativo que regula a convivência social, elaborada pelo Poder Legislativo dos Municípios, Estados e União; a Doutrina é o conjunto de princípios expostos nas obras de direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre a ciência jurídica; e a Jurisprudência é a sábia interpretação e aplicação das leis a todos os casos concretos que se submetem a julgamento da justiça, que produz sentenças, no primeiro grau, ou acórdãos e súmulas, dos Tribunais.

Assim resultando um imenso volume de documentos, que por sua vez têm infinitas utilidades em todas as esferas da sociedade e essas relações têm fundamental importância, uma vez que impactam diretamente na vida em sociedade, sendo assim, necessário nesse mundo de papéis e informações, sejam estas de instituições privadas ou setor público, informações ou atividades de processos, estas chegam aos escritórios e formam um material que exige disciplina no seu manejo, o que de fato é garantido com uma administração documental.

Dessa forma, a gestão documental definida no artigo 3º Lei nº 8.159/91, sendo:

O conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

PAES (2004), existem três fases da gestão documental, sendo elas:

- Produção de documentos
- Utilização de documentos
- Avaliação ou destinação dos documentos.

Ainda afirma, que na fase de produção de documentos, deve-se produzir apenas o essencial, já na utilização está às atividades de protocolo, expedição, organização e arquivamento de documentos, em fase corrente ou intermediária do rito processual. Por fim, indica a avaliação de documentos acumulados e como poderão ser eliminados, conforme a tabela de temporalidade, com classificação dada pelo CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos), conforme a TABELA 1:

Tabela 1 – TABELA DE TEMPORALIDADE

1ª Idade CORRENTE	Documentos em tramitação e de consulta frequente.	Arquivo Corrente
2ª Idade INTERMEDIÁRIA	Documentos com pouco uso, que aguardam destinação final, pré-arquivo.	Arquivo intermediário
3ª Idade PERMANENTE	Documentos preservados pelo valor histórico.	Arquivo Permanente

FONTE: Adaptado de CONARQ

Documentos jurídicos pertencentes a instituições privadas, especialmente escritórios de advocacia, são de considerável valor porque carregam as circunstâncias originárias das leis e obrigações, que geralmente são transcritas e certificadas nesses documentos. São volumosos e têm prazos de prescrição variáveis e trazem acúmulo de material que requer análise cuidadosa antes de serem eliminados.

Com a modernização e globalização, iniciou-se no Brasil o movimento de digitalização de documentos jurídicos e, embora não esteja totalmente implantado no território nacional, na maioria dos casos, os sistemas eletrônicos são utilizados para realizar cerimônias processuais, bem como gestão de documentos, devido à economia de tempo, espaço e orçamento para instituições públicas, escritórios e profissionais da área jurídica. Para Rodrigues (2006), a gestão eletrônica de documentos tornou-se muito prática:

A gestão de documentos não se destina apenas a aplicação em documentos em papel, ela também pode ser aplicada a documentos eletrônicos, com a crescente sociedade da informação, a criação e o uso cada vez mais constante de tecnologias e documentos digitais por esta nova sociedade, surge juntamente com ela uma nova forma de gerenciamento de documentos.

Tendo assim, a gestão através de meios eletrônicos nas atividades de preservação e manutenção documental, traz vantagens na gerência de tempo e volume, podendo ser encontrados e recuperados com maior facilidade.

Dessa maneira, a necessidade de utilização de TICs e conhecimentos sobre gestão de documentos se prova fundamental para o exercício da advocacia, visto a necessidade para realização dos ritos processuais, como também para o exercício da vida em sociedade, uma vez que órgãos do setor público também sofrem da ausência de conhecimentos técnicos, não se valendo da teoria arquivística e normas legais, mas sim de ações individuais de alguns profissionais, indica SOUSA (2006).

2.5 PRECARIZAÇÃO DA ADVOCACIA

Segundo ZARIFIAN (2001), serviço é o resultado do trabalho que modifica o estado ou forma de determinada atividade para o outro, nesse contexto, no setor privado esse destinatário é chamado de “cliente” e no setor público o mesmo é nomeado de “usuário”, sendo assim, pode-se considerar o advogado o meio que o cliente utiliza para chegar a justiça, sendo assim a advocacia pertencente do setor de serviços. Ainda Zarifian (2001), o profissional do setor de serviços, deve dominar e compreender o modo do cliente se comportar, sua procura e anseios, para que assim possa viabilizar soluções para a demanda, sem garantir os resultados finais, devido os resultados dependerem de outros fatores que saem do domínio do profissional.

Sendo assim, o trabalho na advocacia é grandemente desempenhado por profissionais autônomos, reconhecidos como atores de uma atividades intelectual e artesanal, entretanto para Moraes (1999), esse trabalho tem como características geral a informalidade desencadeando o aumento da utilização de contratos temporários, sem registro em carteira de trabalho, sem respeito ao espaço do trabalho e sem estabilidade no emprego, muitas vezes divergente do Estatuto da Advocacia e da OAB. As transações comerciais impostas pela modernidade promoveram um ajustamento a essa dinâmica por parte dos escritórios de advogados, que por sua vez, criaram uma nova estrutura de produção, gerenciamento e prestação de serviço. Dessa forma, foi abandonada a prestação tradicional em troca da advocacia corporativa ou empresarial. Essa transformação acabou por modificar o trabalho do advogado e o colocou dentro da lógica mercantil, transformando o trabalhador em mercadoria, com essa mudança, esse profissional deve se preocupar com a produtividade, competição e da impessoalidade, o que acaba por gerar a precarização de suas relações de trabalho.

Assim, cunha-se o termo “advocacia de massa”, que tem por objeto cuidar de grande números de casos menos complexos, mais corriqueiros e geralmente semelhantes e repetitivos. O volume processual é maior que a média comum da profissão, com atendimento padronizado com o objetivo que se gaste o mínimo de tempo possível com cada processo, sendo executada por jovens advogados, entende-se que são profissionais que possuem até cinco anos de inscrição nos registros da OAB, quais atuam na área com baixas ofertas de honorários, longas jornadas laborais, alta repetição de tarefas, instabilidade no cargo

e uma alta competição entre profissionais, resultando assim em profissionais com poucas possibilidades de exercício da criatividade e com excessivas horas de trabalho.

Assim, cria-se a demanda por tecnologias e uso de softwares para o desenvolvimento do trabalho de forma rápida, a fim de cumprir com todas as demandas, além disso, a tecnologia viabiliza que a advocacia seja exercida à distância, sem respeito às fronteiras geográficas, criando uma concorrência desleal com cidades menores e profissionais autônomos que não conseguem financiar essas tecnologias para competir dentro do mercado, que passa a ser dominados por escritórios das grandes metrópoles.

Ricardo. e Giovanni. (2004), defendem uma tendência crescente, sendo ela:

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos serviços precários, dos desempregados, sem perspectivas de um ofício, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural.

Abordando ainda a intensidade laboral, Tânia, Graça. e Edith (2010), considerando as jornadas de trabalho exaustivas, e diretamente conflitantes com o ritmo biológico do trabalho, resultando assim em acidentes e adoecimentos decorrentes do trabalho. Sendo a advocacia, um dos nichos de trabalhos precarizados, devido a fortes estresse e pressão psicológica, movimentos repetitivos e impensados, sendo assim vetores de agravos e doenças como: Transtornos Mentais, Lesão por Esforços Repetitivos (LER), Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), esgotamento profissional (*burnout*), depressão, alcoolismo, dependência de drogas e até mesmo condução a suicídios.

Tema qual, foi recentemente abordado pelo jornal CARTACAPITAL (2022), devido a tentativa de suicídio de um jovem estagiário de um grande escritório advocatício em São Paulo, ocorrido no dia 11 de agosto de 2022, devido o clima interno de fortes cobranças por resultados, sendo relatado por colegas que o jovem em questão, sofria por pressão excessiva e prazos fora da normalidade para a entrega de demandas. Por fim, destaca-se as dificuldades relacionadas ao exercício da advocacia, sendo um trabalho que requer determinada qualificação, demanda do trabalho o uso contínuo de raciocínio e da interpretação, tendo como principais consequências da precarização do ofício, a insatisfação, frustração e desmotivação, como interferem diretamente na saúde dos trabalhadores, levando-os a altos níveis de estresse, ansiedade, distúrbios alimentares e do sono, entre diversos outros problemas relacionados ao ambiente de trabalho, seja o escritório, judiciário ou até mesmo a residência do trabalhador.

2.6 AS DIFICULDADES DO ACESSO À JUSTIÇA

O acesso à justiça é um dos direitos prometidos e garantidos aos cidadãos, sendo esse o direito que abre as portas para se poder viabilizar outros direitos previstos, entretanto,

nos séculos XVII e XIX, esse direito só era garantido aos cidadãos que tinham recursos que pudessem pagar o alto custo de um processo, sendo assim uma realidade classe burguesa apenas.

Bryant. e CAPPELLETTI (1988) em sua obra “Acesso à Justiça”, explica a garantia do acesso à justiça como requisito fundamental e mais básico dos direitos humanos previstos em um sistema jurídico moderno e igualitário que visa garantir os direitos de todos. Alguns dos inúmeros fatores que restringem o acesso à justiça no Brasil podemos citar: a morosidade da decisão judicial. O alto custo da prestação jurisdicional, infindáveis números de processos, a falta de estrutura, a escassez de funcionários, de defensores públicos, de promotores, de juízes, etc.

Além da desinformação e desconhecimento dos próprios direitos por parte dos cidadãos. Ressaltando ainda, Cappelletti e Garth, a realidade do Brasil, onde o custo para se manter um processo é extremamente elevado, os cidadãos mais pobres são quem mais sofrem com esse ônus, sendo esses custos gerados por diversas razões, pelas custas dos valores cobrados pelos advogados ou mesmo em virtude pagamento de custas processuais, destaca ainda que, os altos custos do processo judicial são um dos primeiros empecilhos encontrados por aqueles que buscam o poder judiciário, principalmente os menos favorecidos economicamente.

Além deste, outro aspecto que dificulta o acesso a justiça é o tempo, visto que em processos litigiosos aqueles que possuem poder aquisitivo maior, desfrutam da possibilidade de contratar os advogados especializados, assim, garantindo maior eficiência durante o processo, o último sendo um problema social, tendo em vista que afeta as pessoas com menor poder econômico e profissionais que não conseguem ser competitivos, visto que carregam mais de 100 processos distintos, tendo para si uma sobrecarga de trabalho expressiva.

Conforme indica Barroso (2010), a ideia de dignidade nem sempre esteve ligada ao direito, inicialmente estava conectada a religião e a filosofia, aos poucos foi evoluindo e percebeu-se a necessidade de valorizar a todos de uma forma igual em certos aspectos, tendo-se em vista um fator intrínseco ao ser humano, foi então que se vinculou à dignidade, ao direito, e hoje muitas constituições, inclusive a brasileira assegura a dignidade humana, dessa maneira, é perceptível o impacto social que a dificuldade em gestão de documentos e uso de tecnologias em diversas esferas da sociedade gera.

2.7 PLATAFORMAS LOW-CODE

Ferramentas dessa modalidade estão sendo cada vez mais utilizadas para o desenvolvimento de aplicações de *software*, plataformas de desenvolvimento *Low-Code* (LCP), viabilizam o desenvolvimento de aplicações operacionais completas, com baixa necessidade de codificação, sendo assim, o conhecimento técnico e aprofundado em linguagens de

programação não é obrigatório, isso porque disponibilizam interfaces visuais e com lógica básica, como também recursos de arrastar e soltar. Plataformas dessa modalidade buscam não limitar o desenvolvedor, assim é possível criar conexões, denominadas API (*Application Programming Interface*), em tradução livre, Interface de programação de aplicação, tendo como definição, um conjunto de rotinas e padrões estabelecidos por um *software*, para a utilização das suas funcionalidades por outros aplicativos, viabilizando assim, a conexão entre a plataforma LCP e outras plataformas para cumprirem com uma tarefa, ou com outros sistemas ou ferramentas conforme a necessidade do projeto.

Vincent et al (2020) indica plataformas LCP como uma plataforma de aplicativos que oferece um suporte ao desenvolvimento, implantação, execução e gerenciamento rápidos de aplicativos usando abstrações de programação declarativas e de alto nível, como linguagens de programação baseadas em metadados e modelos e implantações de uma etapa.

Plataformas com baixa codificação são utilizadas para cumprir com dois principais objetivos, sendo eles, o aumento da produtividade e a redução de custos de desenvolvimento e manutenção de sistemas de software corporativo. A proposta das plataformas acontece em um momento ideal, onde a baixa disponibilidade de profissionais na área de desenvolvimento de software, sendo cada vez mais necessário para o crescimento de uma organização, dessa maneira, utilizando essas ferramentas, empresas conseguem crescer mais rápido e com qualidade, por um baixo custo.

Definido por WASZKOWSKI (2019) LCPs assim: “A plataforma *low-code* é um conjunto de ferramentas para programadores e não programadores. Ele permite a geração e entrega rápida de aplicativos de negócios com o mínimo esforço para escrever em uma linguagem de codificação e requer o menor esforço possível para a instalação e configuração de ambientes, treinamento e implementação”.

Low Code é um termo cunhado em 2014, utilizado para denominar plataformas que têm interfaces baseadas em GUI (*Graphical User Interface*), ou seja, possibilitam realizar um trabalho de codificação tradicional sem a necessidade de conhecer a linguagem de programação de maneira exata. Tendo como principais características um ambiente de Desenvolvimento Integrado (IDE), com suporte visual para facilitar a criação do software, bem como testar modelos e recursos, opções de conexão para serviços, automatizando a manipulação, armazenamento e recuperação de estruturas de dados e, ferramentas para gerenciamento do ciclo de vida e manutenção dos aplicativos.

LCP são plataformas que atraem a atenção de empresas cada vez mais, por entregar benefícios estratégicos, como economizar tempo, agilizar e simplificar processos, reduzindo custos das empresas, otimizando a entrega de demandas, tornando assim essa ferramenta extremamente competitiva, pela agilidade em que as empresas podem otimizar seus serviços ou produtos. Em levantamento realizado pela Forrester Research, empresa de pesquisa de mercado sobre o impacto da tecnologia para clientes e público, estimou que plataformas *Low-code* e *No-code*, representaram 75% do total de *softwares* desenvolvidos

em 2024 mundialmente, conforme Carlos Rocha do canal *InforChannel*.

3 METODOLOGIA

Este capítulo descreve todo o desenvolvimento do trabalho e descrição das etapas empregadas para atingir os objetivos definidos.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Conforme Silva (2005), da natureza, essa pesquisa se classifica como pesquisa aplicada, afinal objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, relacionando informações verdadeiras e interesses locais. Conforme a abordagem do problema, uma pesquisa pode ser quantitativa ou qualitativa, sendo a primeira focada em tudo que pode ser quantificável, traduzido em números e informações para análise, do outro lado, a pesquisa qualitativa considera que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, não requerendo métodos estatísticos, tendo o ambiente como fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador como instrumento chave. A caracterização se deu conforme sua natureza, tipo de pesquisa, procedimentos técnicos e abordagem, como indicado na TABELA 2.

Tabela 2 – CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

NATUREZA	PESQUISA	PROCEDIMENTOS	ABORDAGEM
Aplicada	Exploratória	Pesquisa documental	Experimental

O autor (2022)

O estudo tem sua natureza aplicada, uma vez que seu interesse é a utilização do conhecimento no ambiente das organizações, exploratória, em razão de esclarecer conceitos de forma mais ampla para posterior formulação de novas pesquisas sobre o tema, tendo como procedimento técnico a pesquisa documental, que tem como objetivo analisar documentos para elaboração de hipóteses, e por fim, com abordagem experimental, visto que a aplicação será avaliada, controlada e observado os efeitos produzidos no objeto.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

O presente trabalho tem como berço uma *startup early stage* de Curitiba, que atua no setor jurídico, realizando a gestão da experiência jurídica. Segundo o SEBRAE (PARANÁ) (2022), com sua definição atualizada, que satisfaz diversos especialistas e investidores, uma startup é um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável, trabalhando em condições de extrema incerteza, tendo como características inovação, um crescimento acelerado e exponencial.

Early stage refere-se ao estágio inicial da empresa, sendo a fase inicial do negócio, envolvendo o desenvolvimento do MVP. (*Minimum Viable Product*) com tradução livre,

produto mínimo viável, e que busca programas de aceleração ou captação dos primeiros recursos.

A organização atua na área jurídica, realizando a conexão entre advogados e seus respectivos clientes, com uma ótica de democratizar o acesso ao direito dentro do território nacional e com o propósito de tornar as pessoas protagonistas dos seus direitos. Considerando seu propósito, a empresa viabiliza para o advogado a externalização de serviços gerenciais implícitos ao desenvolvimento da profissão do jurista, e no viés dos clientes, a democratização da linguagem jurídica e acessibilidade aos serviços jurídicos. Tendo sua sede em Curitiba, mas atuante em todos os estados brasileiros, com mais de 150 advogados adotantes da solução proposta pela organização e mais de 1.000 clientes atendidos em 3 anos de atuação no mercado.

Para o desenvolvimento deste trabalho, a organização cedeu sua plataforma de desenvolvimento de aplicações web, bem como as informações utilizadas no decorrer do desenvolvimento do projeto. Considera-se, para o presente trabalho, que nenhuma informação pessoal ou dados sensíveis que identifiquem a empresa, profissionais e clientes foram mencionadas nesta pesquisa.

3.3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento da plataforma *web*, a empresa optou pela escolha de uma plataforma *low-code*, isso devido a facilidade de desenvolvimento sem a necessidade de códigos de programação. A plataforma é conhecida como um aplicativo *web* de desenvolvimento que oferece uma abordagem diferente para a criação de aplicativos e *software* de uma forma geral. Essa plataforma disponibiliza ferramentas *drag and drop* (pegar e largar) para criação de plataformas *web*, sendo de fácil manipulação e rápida prototipação e entrega. O sistema pode ser definido como um sistema que possibilita a transferência e conexão entre hipertextos através da Internet. Hipertextos são arquivos digitais que podem apresentar elementos como, texto, imagens, vídeos e sons, que são conectados entre si, levando os usuários para outras páginas ou sistemas.

De acordo com SANTOS (2018b), um sistema *web* se define como um tipo de site dinâmico, onde a experiência do usuário é personalizada. Diferente de um site estático, onde o conteúdo do site é disponibilizado na tela do dispositivo de forma que não há interação com o usuário. Neste tipo de sistema, o usuário pode ter um login, gerenciar dados, todas as possibilidades de um aplicativo.

Esses sistemas têm como principais características facilidade no compartilhamento de informações, controle de atualizações da aplicação e possibilidade de aumento do poder de processamento, uma vez que o banco de dados não é interno da organização, ou seja, é contratado uma terceira empresa para disponibilizar a estrutura necessária para desenvolvimento, utilização e armazenamento de dados, não necessita de instalação local e

as atualizações do *software web* desenvolvido através da plataforma *low-code*, não precisa ser feito em cada máquina dos usuários. Entretanto, esse tipo de aplicação apresenta algumas desvantagens, sendo necessário para sua utilização conexão com a internet, e pode passar por algumas instabilidades devido o provedor do servidor, conforme abordado no tópico a seguir.

3.4 REQUISITOS DO SISTEMA

Durante processos jurídicos são gerados diversos e diversos documentos, além de exigir do profissional horas de dedicação a organização de cada rito processual, sendo essas atividades acessórias ao desenvolvimento do trabalho do jurista, pensando nessa problemática apresentada, foi pensando a plataforma para gestão da experiência jurídica, pensando na necessidade constante de administração de atividades acessórias a advocacia, gestão de tempo, gestão financeira, atendimento ao cliente e desenvolvimento jurídico. Tendo em vista essa problemática, busca-se desenvolver uma plataforma que entregue uma solução completa pensada para advogados autônomos, aumentando a eficiência e agilidade do trabalho realizado.

O objetivo é o desenvolvimento de uma plataforma de gestão de processos jurídicos para advogados, clientes e time interno. Para identificação desses requisitos, foi realizada uma reunião entre os times responsáveis, definindo assim as funcionalidades que eram buscadas, seguido por um processo de validação realizado anteriormente com os advogados que irão utilizar a ferramenta, como também com estudantes da área jurídica, buscando compreender exatamente quais as necessidades buscadas por esses profissionais no dia a dia. A validação consiste em um processo de levantamento de hipóteses, e uma pesquisa com pessoas para confirmação, ou não, dessas hipóteses, podendo ser realizado utilizando qualquer método de pesquisa.

O processo de levantamento requisitos do sistema são declarações articuladas de forma clara sobre o que um sistema deve ser capaz de fazer para satisfazer as necessidades dos usuários. A análise dos requisitos do sistema, foi levantada através de entrevistas realizadas com a equipe de controladoria e customer success (sucesso do cliente), responsáveis respectivamente, pelo protocolo, cumprimento de prazos e gestão documental dos processos, e atendimento do cliente, coletando informações e sanando dúvidas.

Inicialmente, durante o desenvolvimento do projeto, foi criada as hipóteses de necessidades do sistema descritas abaixo, focadas em cada um dos tipos de usuários da aplicação:

Para os advogados:

- Deve ser apto a ter acesso à todos os documentos vinculados a pessoa cadastrada.
- Deve estar apto a ter acesso a todos os documentos vinculados ao caso.

- Deve estar apto a encaminhar notificações via e-mail de tarefas a serem cumpridas, atrasadas e próximas.
- Deve estar apto a notificar os eventos agendados, alterados e cancelados.
- Deve estar apto a criar solicitações de documentos aos clientes.
- Deve estar apto a receber comentários em tarefas e receber comentários.
- Deve estar apto a gestão financeira.

Para clientes, sendo realizado o mesmo procedimento, idealizados hipóteses sobre as necessidades da aplicação, seguindo por validação em entrevistas, tendo como resultado as seguintes hipóteses para validação:

Para clientes:

- Deve estar apto a receber solicitações dos advogados
- Deve estar apto o acompanhamento do processo
- Deve estar apto a direcionar o cliente para os canais de comunicação com a gerente de relacionamento
- Deve estar apto a apresentar extrato financeiro
- Assim, considerando os pontos acima, os requisitos foram divididos em funcionais e não funcionais, descritos nos tópicos a seguir.

3.4.1 Requisitos Funcionais

Requisitos funcionais descrevem quais as funcionalidades que o sistema deve ter, detalhando suas funções ou serviços. Essas funções vão atender um objetivo do negócio, sendo coletadas através da técnica de levantamento de requisitos de entrevista, realizada com os usuários da plataforma através de ligações de vídeo, com duração de até 30 minutos, no período de 06 de Junho de 2022 a 10 de Junho de 2022. Foram entrevistados 40 usuários, dentro deles 15 advogados, 10 colaboradores e 15 clientes, com aproximadamente 8 entrevistas por dia, os resultados estão explícitos na TABELA 4.

Tabela 3 – REQUISITOS FUNCIONAIS

Nº RF	Descrição	Tipo
RF 01	Cadastrar documentos	Funcionais
RF 02	Cadastrar eventos	Funcionais
RF 03	Cadastrar informações de colaboradores internos (Gerente de relacionamentos)	Funcionais
RF 04	Cadastrar informações pessoais do advogado	Funcionais
RF 05	Cadastrar informações pessoais do cliente	Funcionais
RF 06	Cadastrar informações sobre o antagonista	Funcionais
RF 07	Cadastrar processos do advogado	Funcionais
RF 08	Cadastrar processos do cliente	Funcionais
RF 09	Cadastrar solicitações de documentos para o cliente	Funcionais
RF 10	Cadastrar tarefas	Funcionais
RF 11	Controlar prazo de solicitações de documentos do cliente	Funcionais
RF 12	Controlar prazo de tarefas	Funcionais
RF 13	Emitir extrato financeiro	Funcionais
RF 14	Emitir link de pagamento para clientes	Funcionais
RF 15	Emitir lista de casos	Funcionais
RF 16	O sistema deve exportar arquivos csv	Funcionais
RF 17	O sistema deve fornecer telas para adicionar comentários as tarefas	Funcionais
RF 18	O sistema deve fornecer telas para cadastro de advogados	Funcionais
RF 19	O sistema deve fornecer telas para cadastro de clientes	Funcionais
RF 20	O sistema deve fornecer telas para cadastro do gerente de relacionamento	Funcionais
RF 21	O sistema deve fornecer telas para gestão financeira	Funcionais
RF 22	O sistema deve fornecer telas para o cadastro de eventos	Funcionais
RF 23	O sistema deve fornecer telas para o cadastros de tarefas	Funcionais
RF 24	O sistema deve fornecer telas para <i>upload</i> de documentos	Funcionais
RF 25	O sistema deve permitir acesso aos dados dos processos aos advogados	Funcionais
RF 26	O sistema deve permitir acesso aos dados dos processos aos clientes	Funcionais
RF 27	O sistema deve permitir acesso aos dados dos processos pelos gerentes de relacionamento	Funcionais

FONTE: O Autor (2022).

3.4.2 Requisitos Não-Funcionais

Requisitos não-funcionais são uma qualidade que o sistema deve ter, indicando como ele deve ser entregue, envolvendo restrições de entrega, restrições de implementação e legais, o levantamento de requisitos não-funcionais foram realizados através de entrevistas com 40 usuários do sistemas, já entrevistados anteriormente sobre os requisitos funcionais, sendo realizada no período de 20 de junho 2022 a 24 de junho de 2022, os resultados coletados estão descritos na TABELA 5.

Tabela 4 – REQUISITOS NÃO-FUNCIONAIS

Nº RNF	Descrição	Tipo
RNF 01	A interface dos usuários do sistema deve ser implementada para ser acessível via <i>browser</i> de WWW	Não-Funcionais
RNF 02	O sistema deve fornecer opções para tipos de tarefas conforme ritos processuais	Não-Funcionais
RNF 03	O sistema deve ser atualizado em até 1 minuto	Não-Funcionais
RNF 04	O sistema deve ser compatível com dispositivos <i>mobile</i> (resposivo)	Não-Funcionais
RNF 05	O sistema deve suportar 30 transações por segundo	Não-Funcionais
RNF 06	O sistema deve ter suporte para leitura de arquivos PDF	Não-Funcionais
RNF 07	Usuários com acesso "advogado" conseguem acessar apenas os casos conectados com sua carteira	Não-Funcionais
RNF 08	Usuários com acesso "cliente" conseguem acessar apenas os casos conectados com seu perfil	Não-Funcionais
RNF 09	Usuários com o acesso "gerente de relacionamento" conseguem acessar todos os casos conectados com sua carteira	Não-Funcionais
RNF 10	Usuários com o acesso "administrador" conseguem acessar todos os dados da plataforma	Não-Funcionais
RNF 11	O sistema deve ser intuitivo e de fácil utilização	Não-Funcionais
RNF 12	As cores do sistema devem condizer com a identidade visual da organização	Não-Funcionais
RNF 13	O sistema deve estar disponível 24 horas por dia e 7 dias por semana	Não-Funcionais
RNF 14	O sistema deve garantir a privacidade dos dados, sendo encriptados.	Não-Funcionais
RNF 15	O usuário deve se autenticar através de login e senha ou login social	Não-Funcionais
RNF 16	O sistema deve garantir que os dados estejam consistentes e íntegros	Não-Funcionais
RNF 17	O sistema deve informa aos usuários mudanças que ocorreram nas informações	Não-Funcionais

FONTE: O Autor (2022).

3.5 PROTÓTIPOS

São exibidos abaixo os protótipos referente as principais telas da aplicação web, que foram geradas através da plataforma Figma, um editor gráfico de vetor e prototipagem de projetos de design.

A Figura 2 apresenta a tela de cadastro de novo usuário, os modelos foram desenvolvidos na versão *mobile* (celular), visto que era um dos requisitos do sistema.

Figura 2 – Página de Sing Up

9:41

×

Sign Up

Login

Name

Email

Password [Show](#)

I would like to receive your newsletter and other promotional information.

[Sign Up](#)

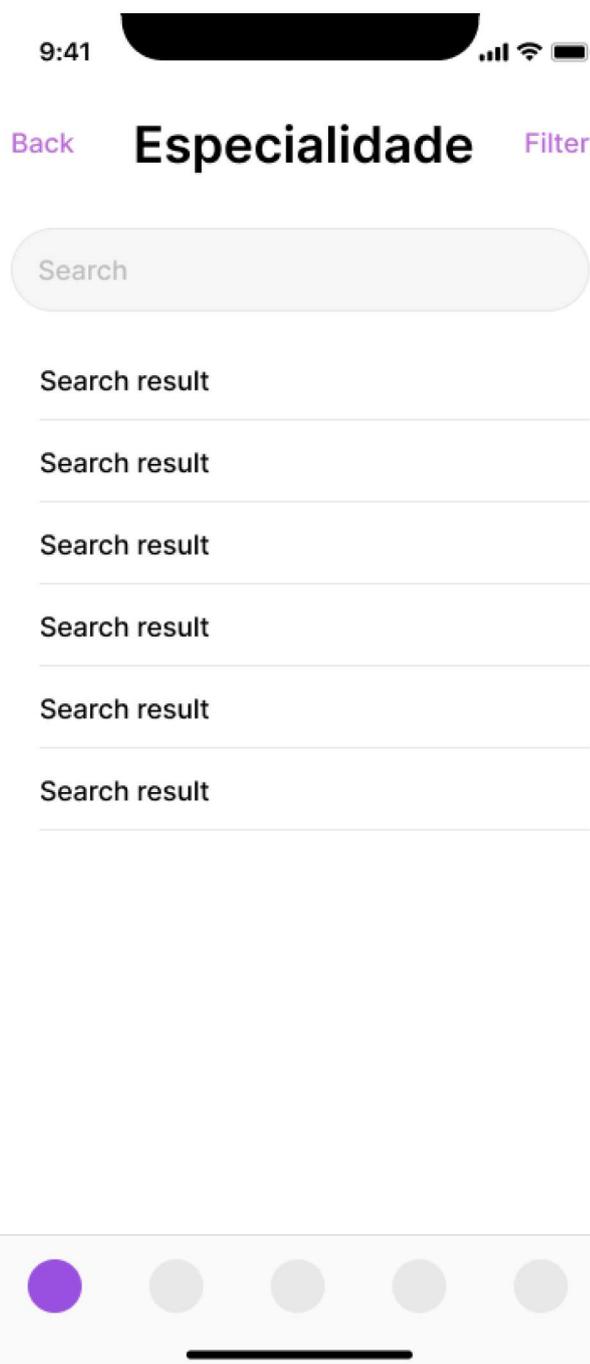
[Forgot your password?](#)

Q W E R T Y U I O P
A S D F G H J K L
↑ Z X C V B N M ↵
123 space Go
😊 🎤

FONTE: O Autor (2022)

A tela de pesquisa de especialidade é o mecanismo de uma ferramenta de busca que pode ser utilizada através da plataforma, auxiliando em tarefas para os três níveis de usuários, para clientes encontrarem profissionais, para colaboradores encontrarem casos, e advogados encontrarem seus clientes, conforme a Figura 3 indica:

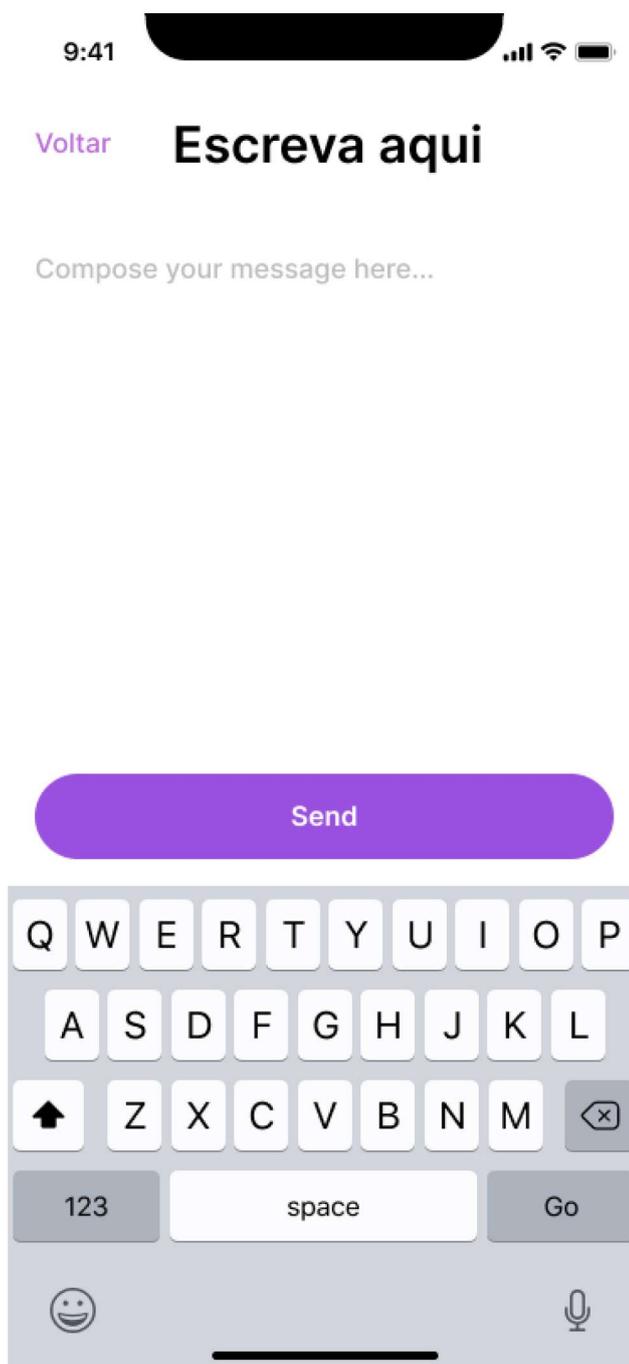
Figura 3 – PESQUISA DE ESPECIALIDADES



FONTE: O Autor (2022)

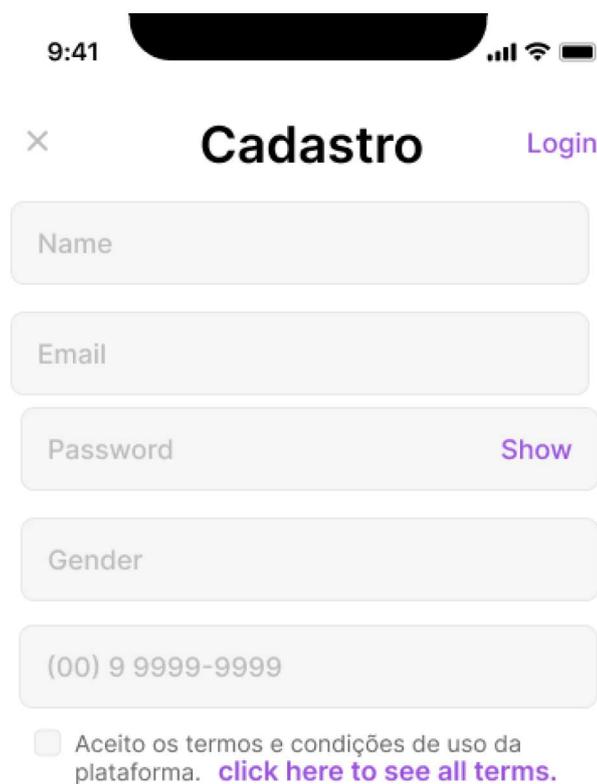
Abaixo, apresenta a tela de inputs, ou seja, elemento reutilizável através da plataforma em diversas aplicações, conforme a Figura 4 e na Figura 5, com os principais modelos de entradas:

Figura 4 – TELA PARA INPUT DE TEXTOS



FONTE: O Autor (2022)

Figura 5 – TELA PARA INPUT DE DADOS PESSOAIS



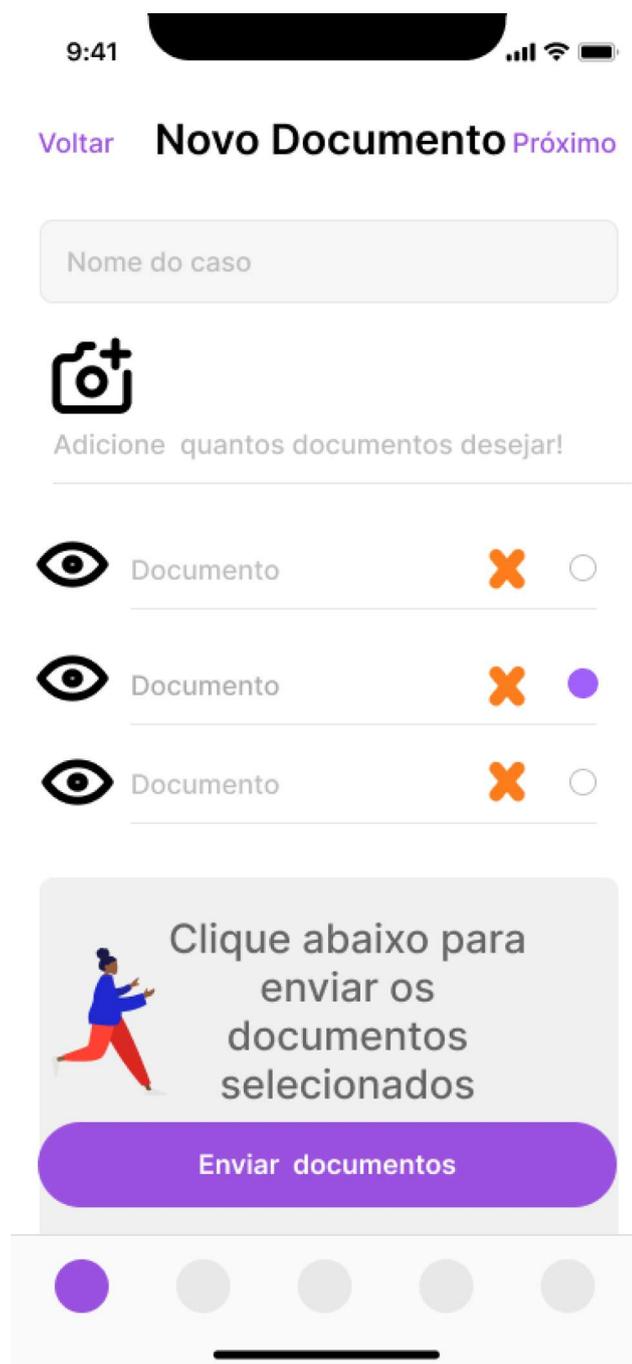
The screenshot shows a mobile application interface for a registration page. At the top, the status bar displays the time 9:41, signal strength, Wi-Fi, and battery icons. Below the status bar is a navigation bar with a close button (X), the title 'Cadastro', and a 'Login' link. The form consists of several input fields: 'Name', 'Email', 'Password' (with a 'Show' link), 'Gender', and a phone number field containing '(00) 9 9999-9999'. Below the phone number field is a checkbox for 'Aceito os termos e condições de uso da plataforma.' followed by a link 'click here to see all terms.'



FONTE: O Autor (2022)

Ainda nos elementos de entrada de informações, e diretamente conectado com a gestão de documentos, a Figura 6, retrata um design intuitivo e que auxilia o usuário a buscar os canais de comunicação corretos para obter suporte.

Figura 6 – CADASTRO DE NOVO DOCUMENTO

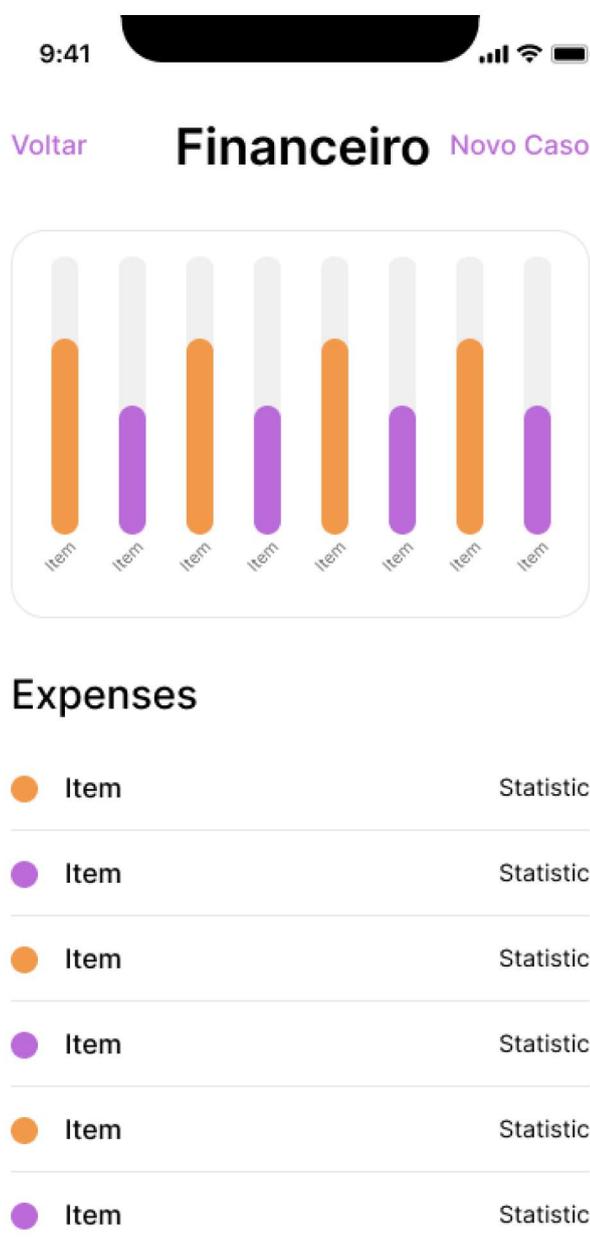


FONTE: O Autor (2022)

Além dos elementos reutilizáveis, funções financeiras para diferentes públicos foram solicitadas, sendo assim, abaixo na Figura 7, apresenta-se o extrato financeiro para advogados, com elementos gráficos para acompanhamento de tarefas, financeiras, casos e demais informações, e o descritivo de ganhos ou despesas. Ainda, no âmbito financeiro, pensado para o cliente a Figura 8 apresenta uma tela, com elementos gráficos para auxiliarem o cliente a acompanhar os pagamento realizados, apresentando um gráfico que indica de forma intuitiva o parcelamento, e o descritivo de valores pagos ao advogado, bem como as

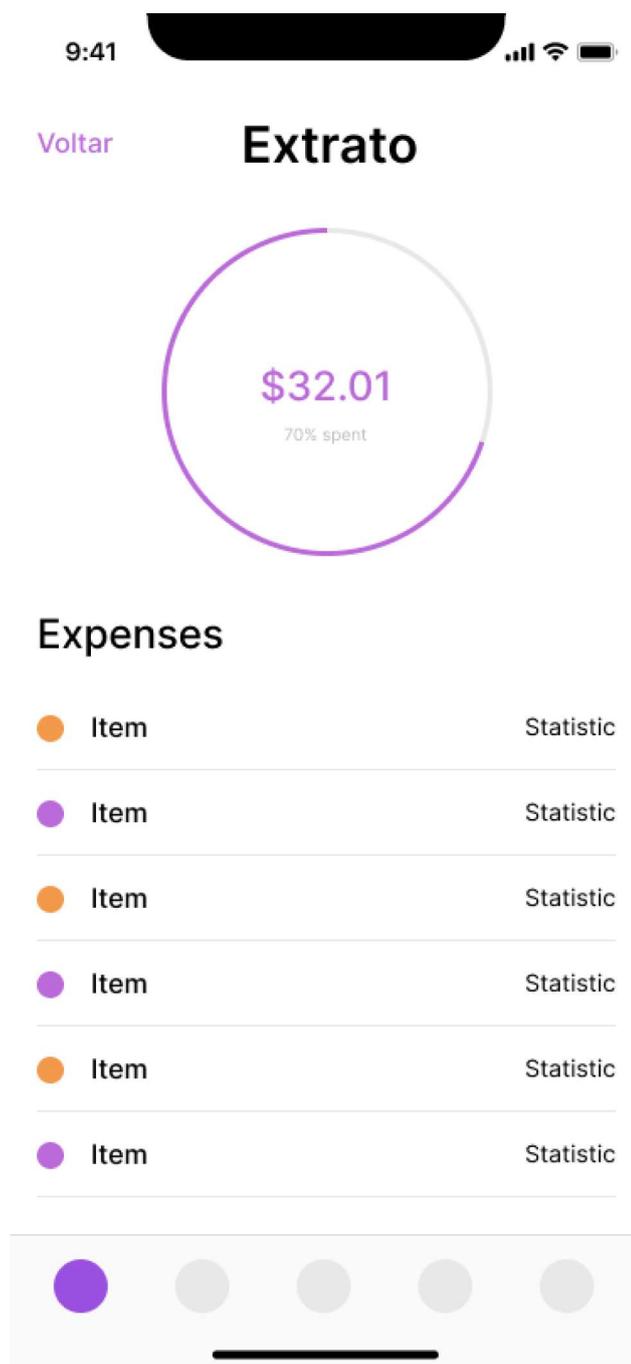
despesas:

Figura 7 – EXTRATO FINANCEIRO PARA ADVOGADOS



FONTE: O Autor (2022)

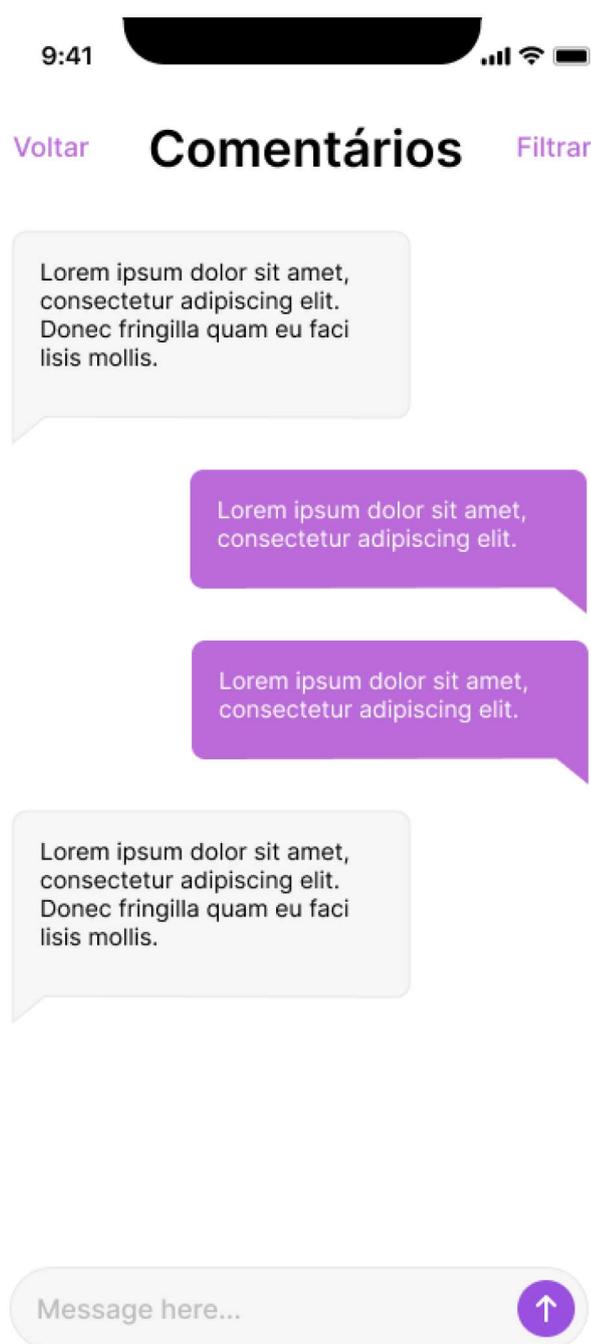
Figura 8 – EXTRATO FINANCEIRO PARA CLIENTES



FONTE: O Autor (2022)

Abordando a velocidade em desenvolvimento do *MVP*, a Figura 9 apresenta um elemento reutilizável, a tela de bate-papo ou comentários, podendo ser utilizada para atender as necessidades dos três níveis de usuários:

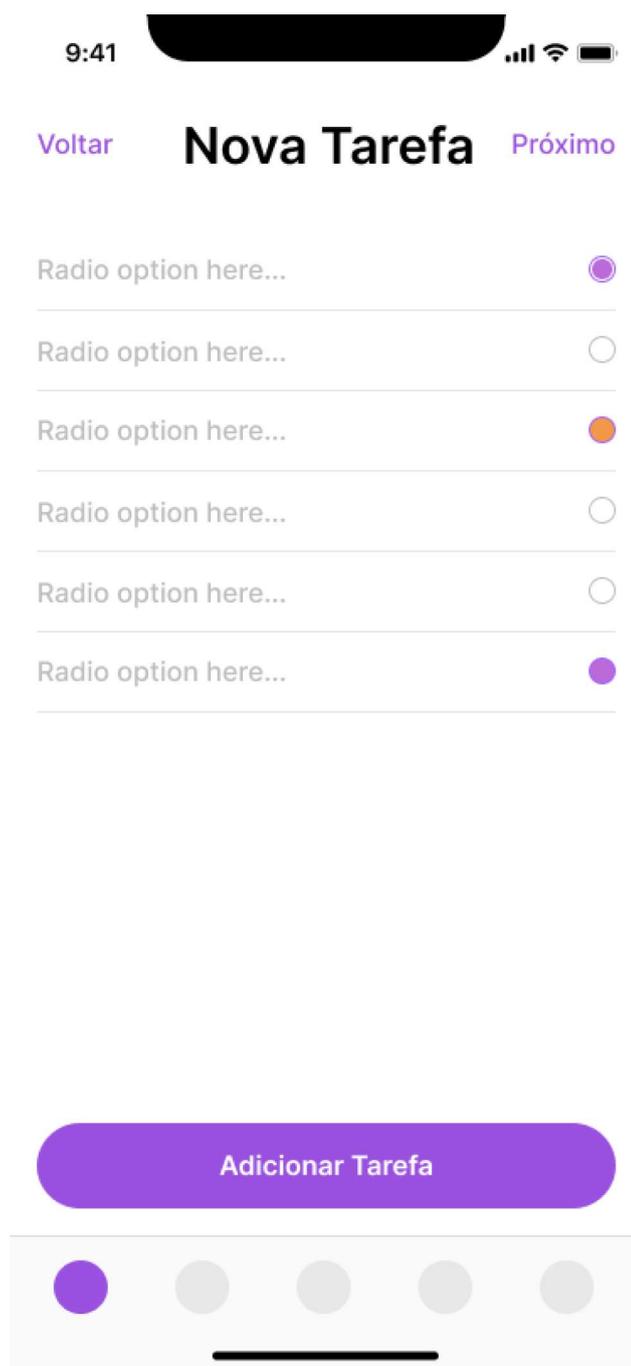
Figura 9 – PÁGINA DE BATE-PAPO E COMENTÁRIOS



FONTE: O Autor (2022)

Conforme o levantamento de requisitos realizados anteriormente, uma necessidade do sistema estava diretamente conectada com as tarefas, aqui representadas pela nova tarefa, as tarefas têm a função de gerar atividades para advogados e/ou colaboradores, como protocolos de processos até mesmo solicitações de novos documentos. Desta forma, opta-se pelo desenvolvimento de um elemento reutilizável, onde também pode ser aplicado para os três níveis de usuários da aplicação conforme a Figura 10 apresenta:

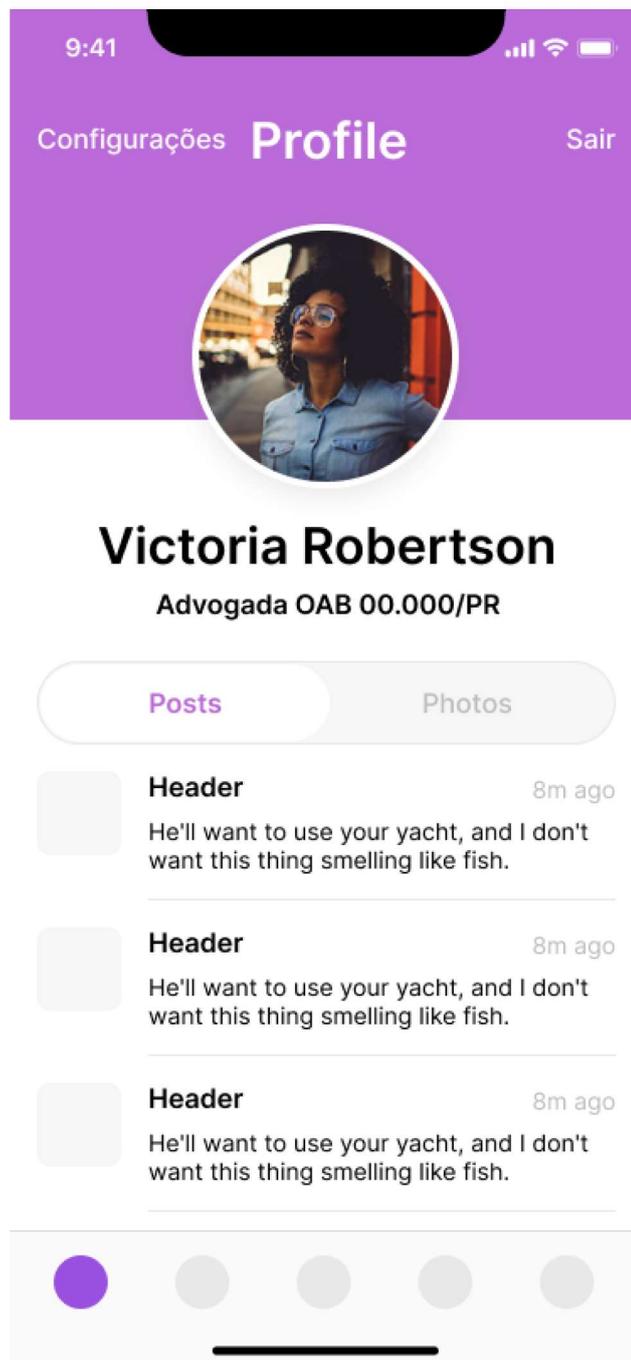
Figura 10 – PÁGINA DE NOVA TAREFA



FONTE: O Autor (2022)

Por fim, a tela de perfil, sendo utilizada nesse exemplo como advogado, mas sendo um elemento flexível, tendo atuação para diversas views, como para o desenvolvimento do perfil do cliente, abaixo a Figura 11 apresenta a tela de perfil para advogados:

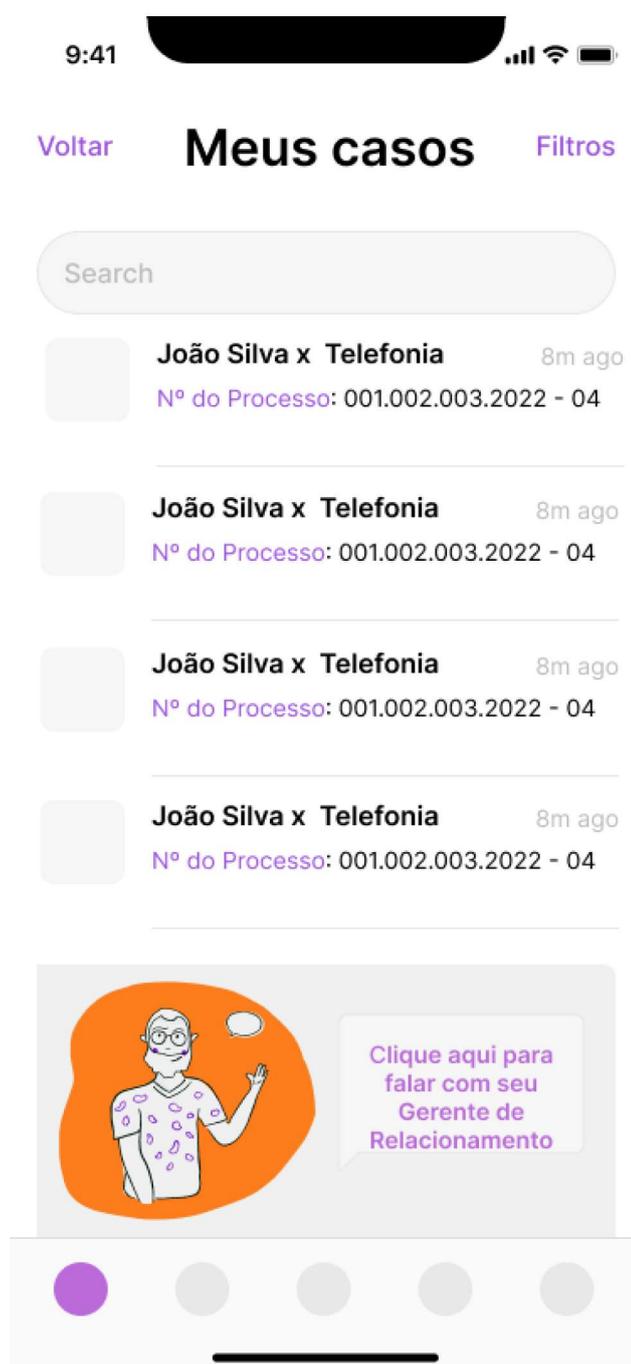
Figura 11 – PERFIL DO ADVOGADO



FONTE: O Autor (2022)

Outro requisito do sistema, foi a listagem de casos, outra ferramenta que poderá ser reutilizada em diversas views, organizando informações para clientes que tenham mais de um processo, para advogados que podem ter diversos casos, como para colaboradores que gerenciam diversas carteiras distintas. Essa ferramenta foi desenhada para ser replicada conforme a necessidade do projeto, como mostra a Figura 12:

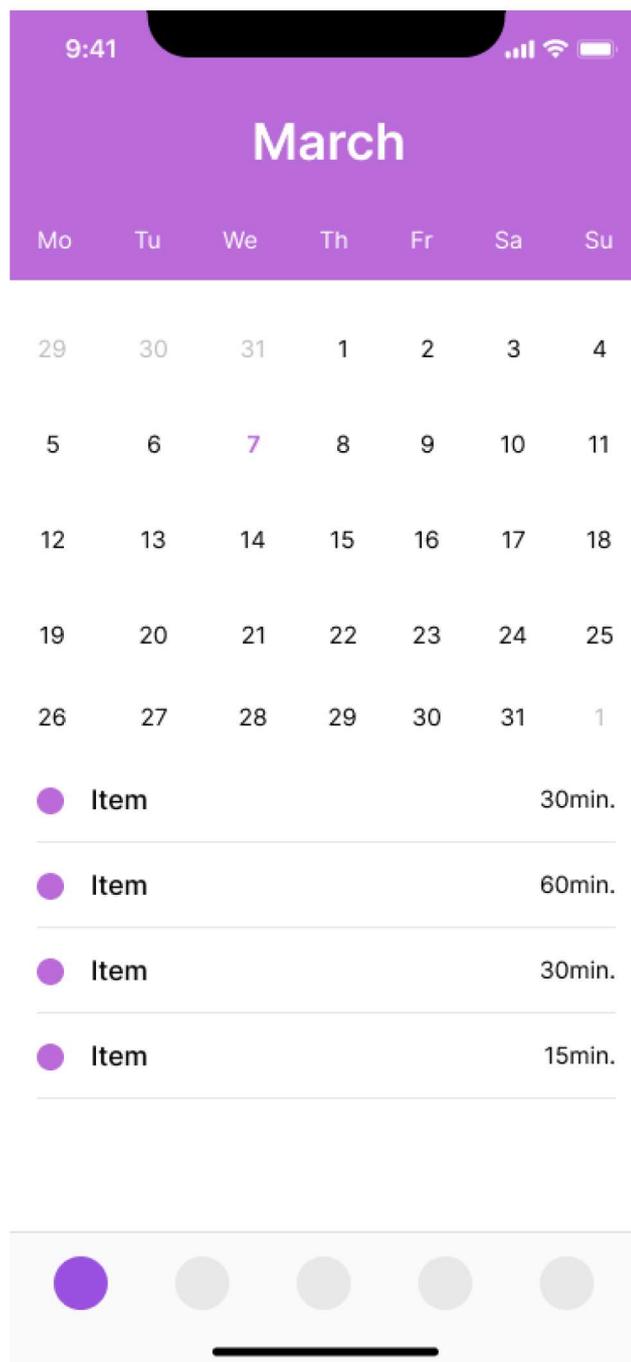
Figura 12 – LISTA DE CASOS



FONTE: O Autor (2022)

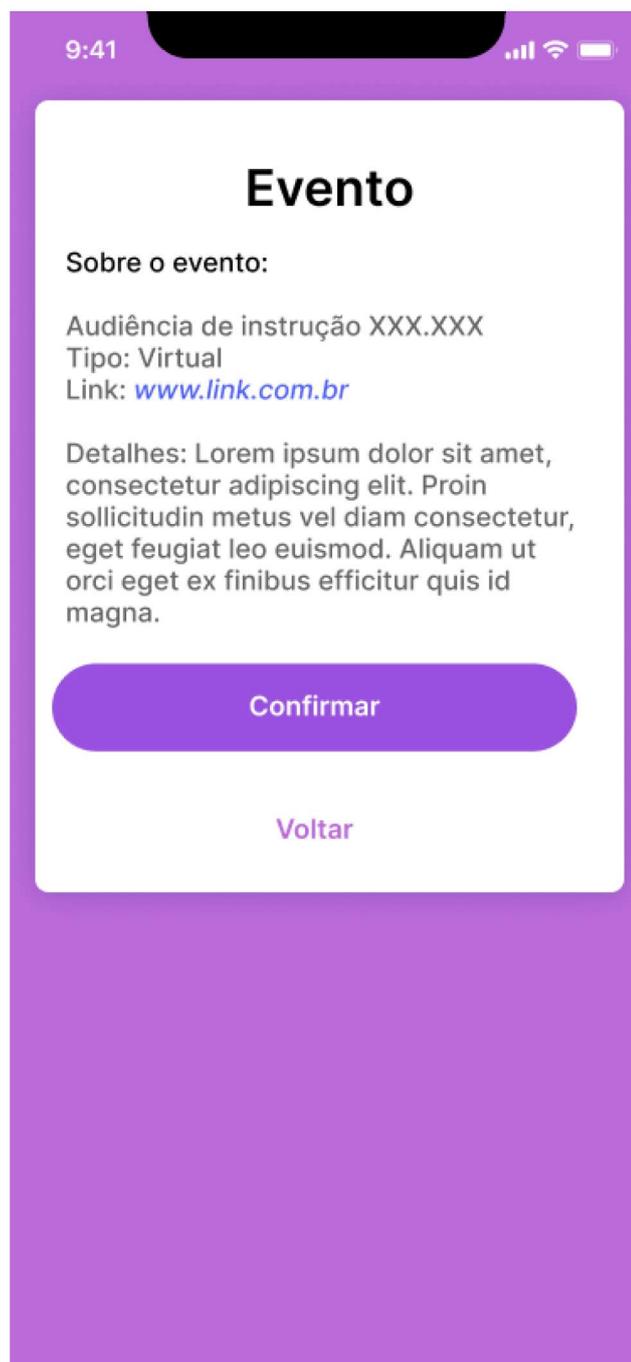
Conforme o levantamento realizado, outra necessidade da projeto é a área de eventos, utilizados pelos três níveis de usuários, foi prototipado duas telas para cumprir as necessidades do projeto, a primeira apresentada na Figura 13, tem como função mostrar os eventos para cada usuário, com duas possibilidades de visualização, como calendário e como lista. Logo a seguir, é possível visualizar um pop-up, elemento que é mostrado para rápidas confirmações ou informações dentro da plataforma, como demonstra na Figura 14, o pop-up de confirmação de evento:

Figura 13 – CALENDÁRIO DE EVENTOS



FONTE: O Autor (2022)

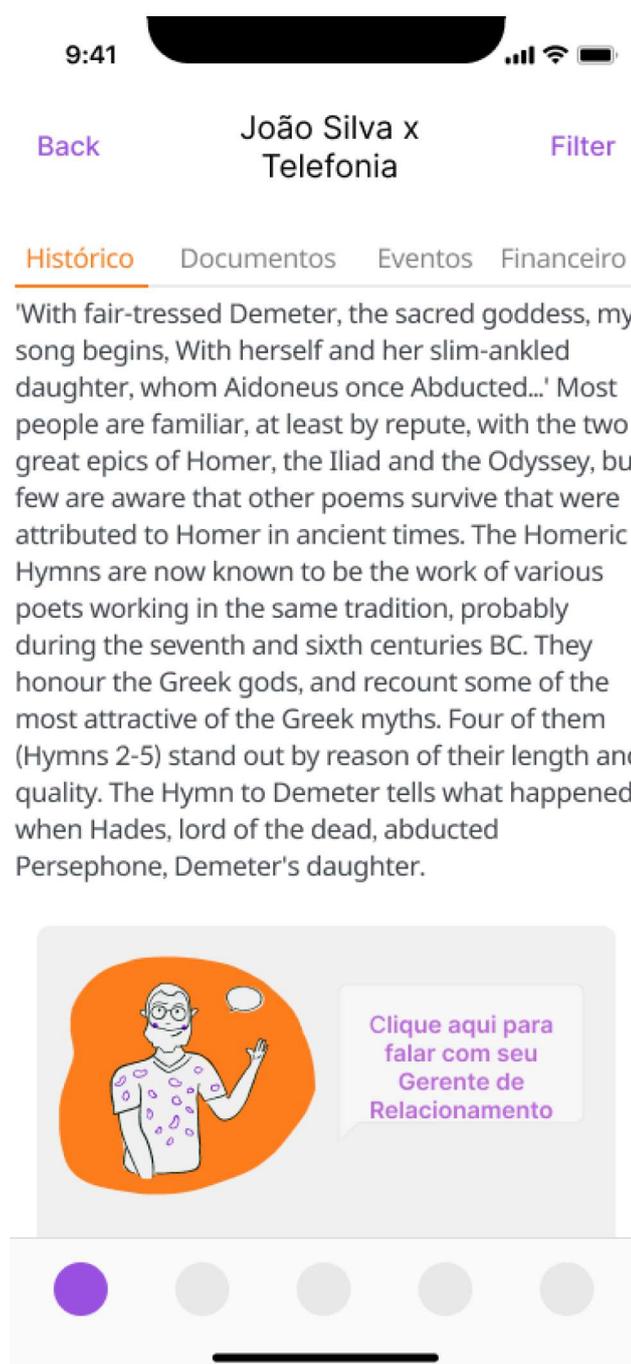
Figura 14 – emphPOP-UP CONFIRMAR EVENTO



FONTE: O Autor (2022)

A Figura 15, apresenta a tela de detalhes dos casos, utilizada também pelos três níveis de usuários, com uma visualização clara e intuitiva, disponibilizando o link seguro para cada usuário entrar em contato com seu respectivo gerente de relacionamento.

Figura 15 – DETALHES CASOS



FONTE: O Autor (2022)

4 RESULTADOS

Nos tópicos a seguir, descreve-se os objetivos atingidos com esse trabalho, dentro dos objetivos já definidos anteriormente.

Como resultados do projeto, foi desenvolvido um *MVP* de aplicação, que está passando por testes e melhorias até o final deste ano de 2022, conforme cronograma de objetivos macros a serem atingidos mensalmente, abaixo na Tabela 5.

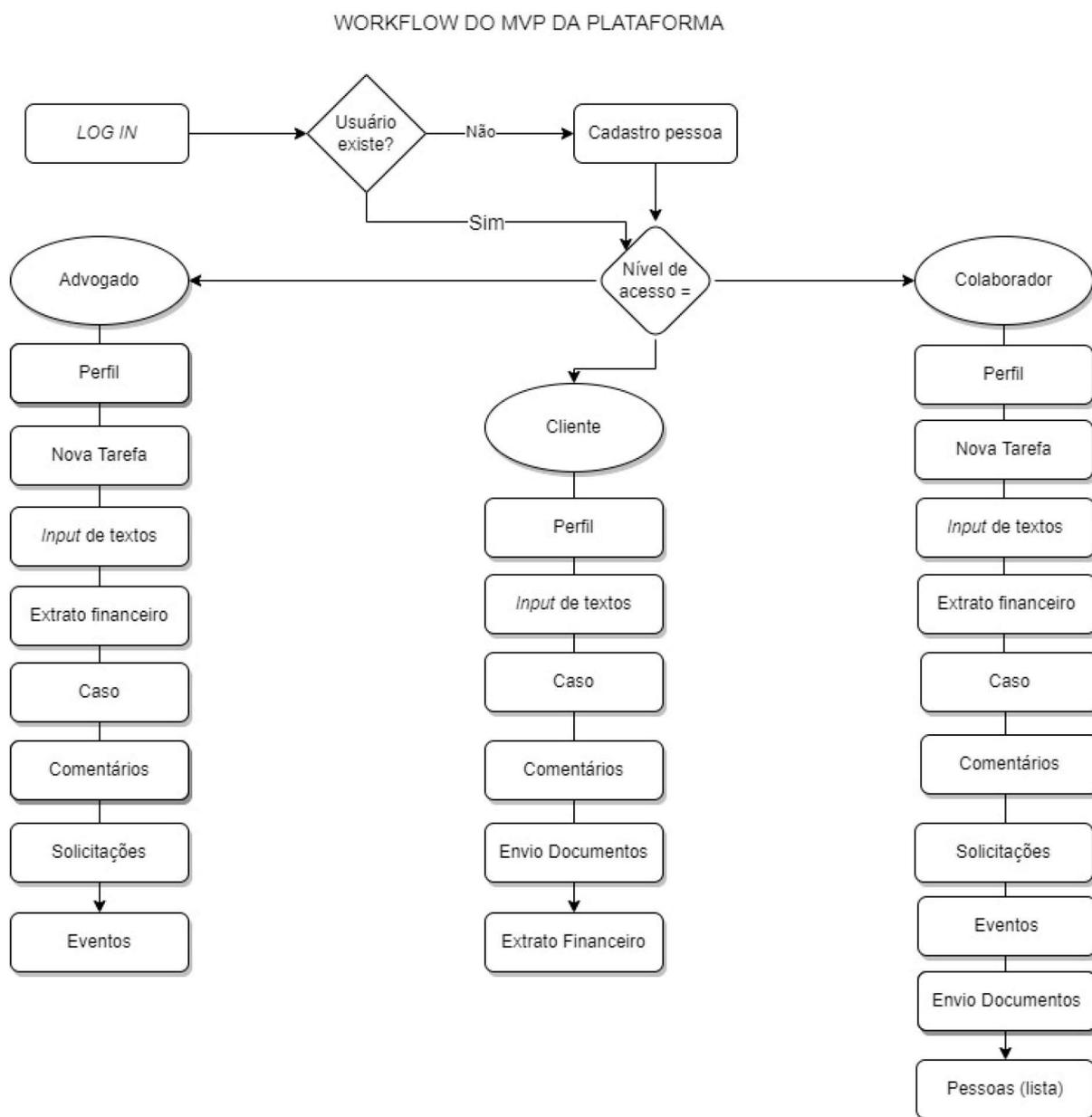
Tabela 5 – CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PROPOSTO

DATA	DESCRIÇÃO
Setembro/2022	Construção da plataforma
Outubro/2022	Testes do MVP e mapeamento de <i>features</i>
Novembro/2022	Melhorias e lançamento de <i>features</i>
Dezembro/2022	Lançamento plataforma e acompanhamento de resultados.

FONTE: O Autor (2022)

Por fim, desenvolvido também um *workflow* para o MVP, com o fluxo de principais funções que a plataforma deve apresentar para cada nível de usuário conforme a 16:

Figura 16 – FLUXO DO MVP DA PLATAFORMA



FONTE: O Autor (2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização do mundo, com o suporte das tecnologias de informação, aponta cada vez maior a necessidade de empresas se modernizarem e adotarem ferramentas que entregam qualidade e velocidade para seus produtos e serviços.

Com as mudanças e a cada vez mais a vida em sociedade passando para o digital, a gestão de documentos se mostra uma ferramenta imprescindível, em destaque na área jurídica, onde o volume de documentos gerados é expressivo, visto que são diversos ritos processuais documentados.

Por outro lado, diversos problemas sociais podem ser impactados positivamente através de uma melhor utilização de recursos, para o treinamento de profissionais que, no seu dia a dia, veem a necessidade de habilidades e conhecimentos técnicos sobre gestão de documentos e utilização de tecnologias da informação e comunicação. Ainda, revela-se a importância de tecnologias como aparato para um melhor desenvolvimento da sociedade, bem como para assegurar direitos básicos dos cidadãos, uma vez que a globalização e a sociedade da informação, cada vez mais democratizam o acesso, apesar do cenário atual ser de longe o ideal, considerando as desigualdades sociais através do globo.

Nesse contexto, o projeto apresentado se mostra uma ferramenta imprescindível para alavancar soluções que impactam socialmente, bem como para aumento da produtividade, competitividade e qualidade, no âmbito jurídico, uma vez que democratiza toda a experiência jurídica, seja ela para o usuário ou para o prestador de serviços, que atualmente se vê em um cenário extremamente competitivo e sem perspectivas.

5.1 ALCANCE DOS OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho foi definido como o desenvolvimento do projeto de uma aplicação *web*, através de três objetivos específicos, que possibilitam delimitar a aplicabilidade deste projeto.

O primeiro objetivo específico foi identificar e especificar os problemas de gestão documental durante o processo jurídico, através de pesquisa foi visto a dificuldade em disponibilidade para gerir documentos dentro de escritório massificados mas especialmente, em atuação autônoma, visto que nesse contexto, existe a constante necessidade de atuar em um volume de 100 casos de forma autônoma, visto a baixa remuneração, o que acarreta em baixa qualidade de vida para o profissional, insatisfação do cliente e por fim, processos genéricos e mais frágeis. Ainda, deve-se ressaltar a problemática sobre treinamentos e profissionais qualificados que atuem em órgão públicos ou privados, realizando a correta gestão dos documentos, tendo esse como o maior dificultador para melhor gestão documental.

O segundo objetivo específico foi elaborar a análise de requisitos da aplicação, realizada através das entrevistas e levantamento de requisitos. Buscando entender quais

as necessidades mais simples dos usuários da plataforma, para desenvolvimento de um produto mínimo viável. Dentro do contexto deste projeto, um dos requisitos era a velocidade em desenvolvimento dos elementos básicos do MVP, pensado para ser seguido durante o desenvolvimento, utilizando recursos LCPs, com baixa necessidade de conhecimentos em linguagens de programação. Por fim, com a análise de requisitos, viabiliza-se uma visão macro das necessidades básicas do projeto, com um cronograma geral para entrega da versão final da aplicação até dezembro de 2022.

O terceiro objetivo específico foi projetar a estrutura da aplicação, com seus módulos e funcionalidades, sendo atingido pelos protótipos desenvolvidos, durante o desenvolvimento da aplicação. Por fim, esse projeto cumpre com os objetivos traçados inicialmente, bem como apresenta um novo olhar sobre as tecnologias, para trabalhos futuros abordarem tecnologias de fácil manutenção para uma democratização da sociedade da informação.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Resoluções do Conarq. **Resoluções do Conarq.**, 2008. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/conarq>. Acesso em: 10. jun. 2022.
- BARROSO, L. R. **A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO: NATUREZA JURÍDICA, CONTEÚDOS MÍNIMOS E CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO**. 2010. Provisório para debate público. Disponível em: https://luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf. Acesso em: 05. ago. 2022.
- BRYANT, G.; CAPPELLETTI, M. **Acesso à Justiça**. 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/kNWMg5vmqhBjKTzPYqSw8BQ/?lang=pt>. Acesso em: 22. Jun. 2022.
- CARTACAPITAL. **Tentativa de suicídio em escritório de advocacia inspira relatos de assédio no Instagram**. 2022. Online. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/tentativa-de-suicidio-em-escritorio-de-advocacia-inspira-relatos-de-assedio-no-instagram/>. Acesso em: 18. Ago. 2022.
- CASTELLS, M. **Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/96311>. Acesso em: 28. ago.2022.
- CHOO, C. W. **Information Management for the Intelligent Organization:: the art of scanning the environment**. Medford:, 1998. Disponível em: <http://choo.fis.utoronto.ca/fis/imio/>. Acesso em: 20. ago.2022.
- DANTE, G. P. **Gestión de información en las organizaciones:: principios, conceptos y aplicaciones**. Santiago. Santiago: CECAPI, 1998. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/260708514_Gestion_de_informacion_precisiones_conceptuales_a_partir_de_sus_origenes. Acesso em: 10.ago.2022.
- DAVENPORT, T. H. **Ecologia da Informação:: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. 2. ed. São Paulo: Futura, 1998.
- KOHN, K.; MORAES, C. H. de. **O impacto das novas tecnologias na sociedade:: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital**. Santos: Intercom, 2007.
- LÉVY, P. **O que é o virtual**. 34. ed. São Paulo: [s.n.], 1996. 157 p.
- MENDES, J. R. de C. As dificuldades do acesso à Justiça. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, p. 10 – 15, Dezembro 2011. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/27396/as-dificuldades-do-acesso-a-justica>. Acesso em: 10. ago. 2022.
- MORESI, D. A. E. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ciência da Informação.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 14 – 24, Janeiro Abril/2000.
- MOSIMANN, C. P.; FISCH, S. **Controladoria: seu papel na administração de empresas**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

- MUNDET, J. R. C. **Manual de arquivística**. [S.l.]: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1994.
- PAES, M. L. **Arquivo Teoria e Prática**. 3. ed. FGV, 2004. 255 p. Disponível em: <http://inif.redalyc.org/articulo.oa?id=16172402>. Acesso em: 30. ago. 2022.
- RICARDO., A.; GIOVANNI., A. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335 – 351, Agosto 2004.
- SANTOS, G. **Sistema Web e Site, quais as diferenças entre eles?** 2018a. Disponível em: <http://cpejr.com.br/site/diferenca-sistema-web-site/>. Acesso em: 01 de abril de 2022.
- SANTOS, G. **Sistema Web e Site, quais as diferenças entre eles?** 2018b. Online. Disponível em: <http://cpejr.com.br/site/diferenca-sistema-web-site/>. Acesso em: 05. ago. 2022.
- SEBRAE (PARANÁ). O que é uma startup? **O que é uma startup?**, Curitiba, p. 0 – 0, 2022. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-startup,6979b2a178c83410VgnVCM1000003b74010aRCRD#:~:text=No%20entanto%2C%20h%C3%A1%20uma%20defini%C3%A7%C3%A3o,em%20condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20extrema%20incerteza>. Acesso em: 25.jun.2022.
- SOUSA, R. T. B. de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: **CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA**. Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006.
- TALLAFIGO, M. R. Arquivística hispana y novohispana. **Boletín de la ANABAD**, Del Archivo General de Chapultepec., v. 44, n. 4, p. 81 – 107, janeiro 1994.
- TÂNIA, F.; GRAÇA., D.; EDITH, S. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, Salvador, v. 35, n. 122, p. 229 – 248, Dezembro 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006>. Acesso em: 22. Ago.2022.
- WASZKOWSKI, R. Low-code platform for automating business processes in manufacturing. **IFAC-PapersOnLine**, v. 52, n. 10, p. 376 – 381, Agosto 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2405896319309152?via%3Dihub>. Acesso em: 15.ago.2022.
- ZARIFIAN, P. **Objetivo competência:: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001.